

**RELATÓRIO DE GESTÃO E DE
ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE
AJUSTAMENTO MUNICIPAL**

2023



RELATÓRIO DE GESTÃO

A reforma da contabilidade e das contas públicas visa colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e da nova Lei do Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, iniciam a reforma da gestão pública.

2

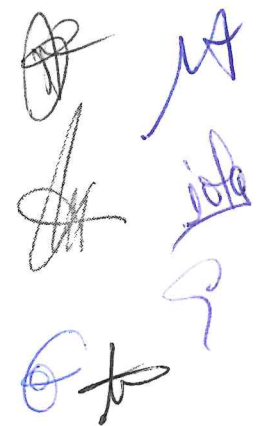
O novo SNC-AP visa a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizando procedimentos, melhorando a transparência das contas públicas, contribuindo assim para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e do relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas que fazem parte do novo normativo representa um novo modelo de normalização contabilística e implica grandes alterações na contabilidade pública.

Assim, o presente relatório descreve a atividade do Município de Vila Franca do Campo no ano de 2023, dando especial enfoque aos assuntos orçamentais, económicos e financeiros. É um imperativo legal resultante da alínea i) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

“Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal;”.

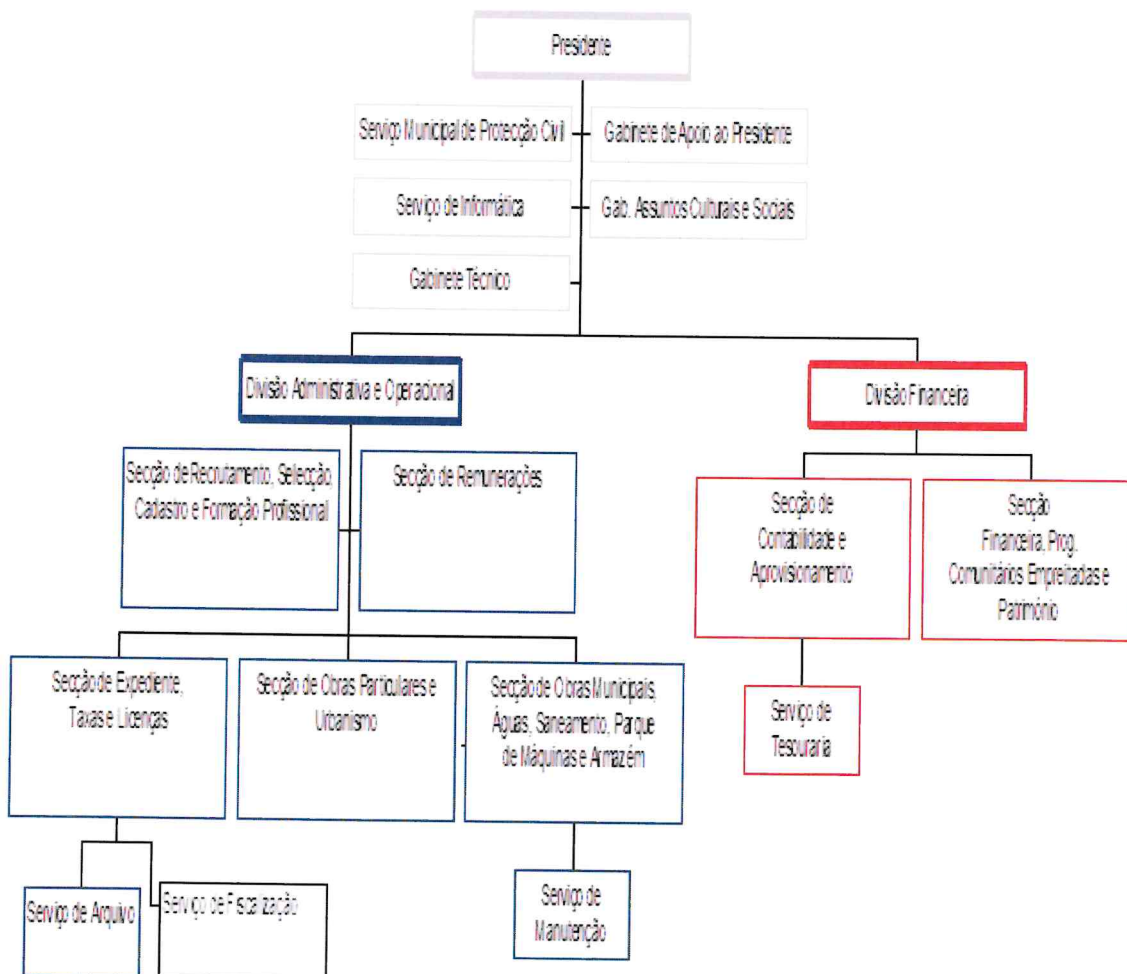
Todos os documentos de prestação de contas que serviram de base de cálculo para os valores que adiante são apresentados, seguem as regras do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e visam o controlo político, jurisdicional e administrativo, pelas respetivas autoridades competentes:

- Assembleia Municipal
- Tribunal de Contas
- Órgãos de tutela da Administração Pública Regional



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ESTRUTURA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

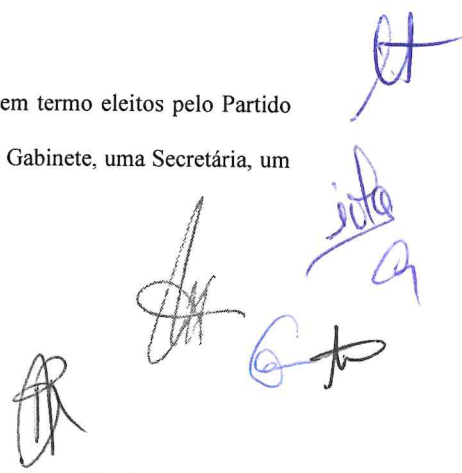


Depois das Eleições Autárquicas de 26 de setembro de 2021 o elenco camarário ficou com a seguinte composição:

- Presidente da Câmara a tempo inteiro
- Vice-Presidente a tempo inteiro
- 2 Vereadores a tempo inteiro
- 3 Vereadores sem termo.

Os vereadores a tempo inteiro foram eleitos pelo Partido Socialista e os vereadores sem termo eleitos pelo Partido Social Democrata

No Gabinete de Apoio à Presidência e a Vereadores continuam nomeados um Chefe de Gabinete, uma Secretária, um Secretário e um Adjunto.



RECURSOS HUMANOS

EFETIVOS

No ano de 2023, a autarquia dispôs de um efetivo de 101 trabalhadores, sendo todos na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, contra os 105 registados no ano 2022. O decréscimo de quatro efetivos na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado deveu-se à aposentação dos trabalhadores.

4

DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA E SEXO

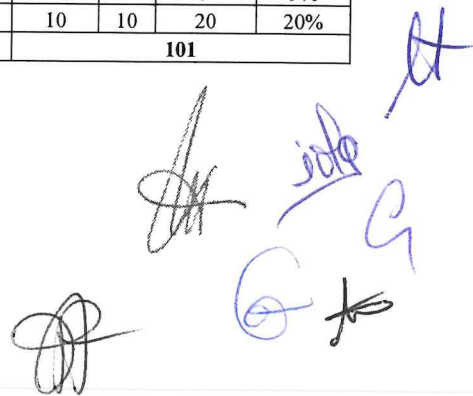
No ano de 2023, os recursos humanos da autarquia registaram a seguinte estrutura profissional em razão da categoria e do sexo:

Cargo/Categoria	N.º	Percentagem	M	F
Dirigentes	1	0,99%	1	0
Técnico Superior	10	9,90%	4	6
Técnico Superior - (Contrato de cedência de interesse público)	0	0%	0	0
Informática	4	3,96%	2	2
Adm. e Técnicos - Profissional	32	31,68%	7	25
Adm. e Técnicos - Profissional (Contrato de cedência de interesse público)	0	0%	0	0
Operários e auxiliares	54	53,47%	44	10
Op. e auxiliares - (Contrato de cedência de interesse público)	0	0%	0	0
TOTAL	101	100%	58	43

DISTRIBUIÇÃO POR ANTIGUIDADE

Considerando a antiguidade dos trabalhadores com vínculo laboral, a estrutura profissional da autarquia apresentou em 2023, a seguinte configuração:

Antiguidade	2021				2022				2023			
	M	F	Total	%	M	F	Total	%	M	F	Total	%
Até 5 anos	17	12	29	27%	16	12	28	27%	6	1	7	7%
5 - 9	2	0	2	2%	0	7	7	7%	6	8	14	14%
10 - 14	1	2	3	3%	3	2	6	6%	4	3	7	7%
15 - 19	8	8	16	15%	7	4	11	10%	6	5	11	11%
20 - 24	12	10	22	21%	11	6	17	16%	13	9	22	22%
25 - 29	5	3	8	7%	6	0	6	6%	6	5	11	11%
30 - 35	7	3	10	9%	14	6	20	19%	7	2	9	9%
>36	10	7	17	16%	3	7	10	10%	10	10	20	20%
TOTAL	107				105				101			



Análise às Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano apresentam as linhas estratégicas orientadoras do programa político do executivo, e são compostas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR).

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

5

Execução do Plano Plurianual Investimentos - 2023

Designação	Orçamento (Previsões corrigidas)	Realizado Total	Pago	Taxa de Realização	Taxa de Execução
1 - Funções Gerais	602 130,00	314 314,26	314 314,26	52,2%	52,2%
1.110 - Serviços Gerais da Adm. Pública	602 130,00	314 314,26	314 314,26	52,2%	52,2%
1.120 - Segurança e Ordem Pública	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
2 - Funções Sociais	5 911 903,00	1 227 320,48	1 227 320,48	20,8%	20,8%
2.232 - Ação Social	16 100,00	16 008,00	16 008,00	99,4%	99,4%
2.240 - Habitação e Serviços Coletivos	5 662 033,00	1 116 598,47	1 116 598,47	19,7%	19,7%
2.241 - Habitação	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
2.250 - Serviços Culturais, Recr. e Religiosos	233 770,00	94 714,01	94 714,01	40,5%	40,5%
3 - Funções Económicas	4 171 500,00	3 549 657,02	3 549 657,02	85,1%	85,1%
3.330 - Transportes e Comunicações	2 026 310,00	1 534 182,84	1 534 182,84	75,7%	75,7%
3.340 - Comercio e Turismo	586 000,00	520 749,41	520 749,41	88,9%	88,9%
3.350 - Outras Funções económicas	1 559 190,00	1 494 724,77	1 494 724,77	95,9%	95,9%
TOTAL	10 685 533,00	5 091 291,76	5 091 291,76	47,6%	47,6%

O Plano Plurianual de Investimentos tinha no final de 2023 uma dotação prevista corrigida de dez milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil e quinhentos e trinta e três euros e foi pago cinco milhões, noventa e um mil, duzentos e noventa e um euros e setenta e seis cêntimos.

A taxa de realização e a de execução anual (2023) foi de 47,6%.

AMR – Atividades Mais Relevantes

Execução das AMR - 2023

Designação	Orçamento (Previsões corrigidas)	Realizado	Pago	Taxa de Realização	Taxa de Execução
1 - Funções Gerais	1 170 050,00	1 132 319,99	1 130 771,24	96,8%	96,6%
1.110 - Serviços Gerais da Adm. Pública	1 118 550,00	1 080 877,22	1 079 328,47	96,6%	96,5%
1.120 - Segurança e Ordem Pública	51 500,00	51 442,77	51 442,77	99,9%	99,9%
2 - Funções Sociais	1 171 074,00	1 062 695,67	1 062 695,67	90,7%	90,7%
2.210 - Educação	63 700,00	55 679,67	55 679,67	87,4%	87,4%
2.232 - Ação Social	145 502,00	131 889,67	131 889,67	90,6%	90,6%
2.240 - Habitação e Serviços Coletivos	570 100,00	497 054,33	497 054,33	87,2%	87,2%
2.250 - Serviços Culturais, Recr. e Religiosos	391 772,00	378 072,00	378 072,00	96,5%	96,5%
3 - Funções Económicas	17 500,00	17 400,00	17 400,00	99,4%	99,4%
3.340 - Turismo	17 500,00	17 400,00	17 400,00	99,4%	99,4%
4 - Outras Funções	1 885 270,00	1 882 764,30	1 882 764,30	99,9%	99,9%
4.410 - Operações da Dívida Autárquica	1 885 270,00	1 882 764,30	1 882 764,30	99,9%	99,9%
TOTAL	4 243 894,00	4 095 179,96	4 093 631,21	96,5%	96,5%

Nas atividades mais relevantes verifica-se uma taxa de realização e de execução anual de 96,5%, onde os valores com as "Operações da Dívida Autárquica" se evidenciam.



Análise Orçamental

Receita

Evolução da receita (cobrada total) no quadriénio 2020-2023						
Receitas	2020	2021	2022	2023	Var. em valor 2022 e 2023	Var. em % 2022/2023
01. Impostos Diretos	2 143 572,54	2 220 497,03	2 493 925,02	2 923 757,38	429 832,36	17,2%
IMI	1 489 721,20	1 389 143,22	1 439 137,78	1 377 368,90	-61 768,88	-4,3%
IUC	151 170,62	160 180,03	176 621,28	190 963,20	14 341,92	8,1%
IMT	412 768,09	606 727,21	694 652,50	1 230 414,71	535 762,21	77,1%
Derrama	89 912,63	64 445,57	183 513,46	125 010,57	-58 502,89	-31,9%
02. Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
04. Taxas, Multas e O. Penalidades	432 471,27	471 902,58	519 987,98	544 112,90	24 124,92	4,6%
05. Rendimentos de Propriedade	11 103,14	0,00	8 068,56	2 513,35	-5 555,21	0,0%
06. Transferências Correntes	4 790 474,54	5 258 943,94	5 659 803,61	5 446 441,26	-213 362,35	-3,8%
FEF	4 279 296,00	4 650 512,00	4 897 750,00	4 863 045,00	-34 705,00	-0,7%
FSM	275 777,00	275 777,00	276 408,00	282 503,00	6 095,00	2,2%
IRS	168 366,00	186 773,00	192 922,00	228 534,00	35 612,00	18,5%
Outras	67 035,54	145 881,94	292 723,61	72 359,26	-220 364,35	-75,3%
07. Venda de Bens e Serviços Correntes	1 142 439,31	1 140 877,93	1 419 984,05	1 626 286,40	206 302,35	14,5%
08. Outras receitas correntes	270,84	501,06	0,00	90,00	90,00	0,0%
Total das Receitas Correntes	8 520 331,64	9 9092 722,54	10 101 769,22	10 543 201,29	441 432,07	4,4%
09. Venda de Bens de Investimento	0,00	29 000,00	68 000,00	0,00	-68 000,00	0,0%
10. Transferências de Capital	990 008,18	1 349 189,83	1 817 409,35	3 844 377,37	2 026 968,02	111,5%
FEF	475 477,00	516 723,00	508 168,00	540 338,00	32 170,00	6,3%
Outras	514 531,18	832 466,83	1 309 241,35	3 304 039,37	1 994 798,02	152,4%
11. Activos Financeiros	90 000,00	161 000,00	6 625,09	0,00	-6 625,09	-100,0%
12. Passivos Financeiros	12 607 142,85	1 300 000,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
13. Outras Receitas de Capital	627 331,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Total das Receitas Capital	14 314 482,07	2 839 189,83	1 892 034,44	3 844 377,37	1 952 342,93	103,2%
15. Reposições não abatidas nos pagamentos	11 221,67	13 126,45	6 897,17	9 223,75	2 326,58	33,7%
Reposições Não Abatidas	11 221,67	13 126,45	6 867,17	9 223,75	2 356,58	34,3%
Total das Receitas Orçamentais	22 846 035,38	11 945 038,82	12 000670,83	14 396 802,41	2 396 131,58	20,0%

A receita orçamental total apresenta um aumento relativamente a 2022 de dois milhões, trezentos e noventa e seis mil, cento e trinta e um euros e cinquenta e oito cêntimos que corresponde a 20%.



Execução da receita 2023

Receitas	Previsões Corrigida	Receita Cobrada Líquida Total em 2023	Taxa de Execução	% no Total
01. Impostos Diretos	2 210 252,00	2 923 757,38	132,28%	24,4%
IMI	1 414 677,00	1 377 368,90	97,36%	11,5%
IUC	162 297,00	190 963,20	117,66%	1,6%
IMT	546 022,00	1 230 414,71	225,34%	10,3%
Derrama	87 256,00	125 010,57	143,27%	1,0%
02. Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00%	0,0%
04. Taxas, Multas e O. Penalidades	460 905,00	544 112,90	118,05%	4,5%
05. Rendimentos de Propriedade	502,00	2 513,35	500,67%	0,0%
06. Transferências Correntes	5 530 389,00	5 446 441,26	98,48%	45,4%
FEF	4 897 750,00	4 863 045,00	99,29%	40,5%
FSM	276 408,00	282 503,00	102,21%	2,4%
IRS	192 922,00	228 534,00	118,46%	1,9%
Outras	163 309,00	72 359,26	44,31%	0,6%
07. Venda de Bens e Serviços Correntes	1 346 514,00	1 626 286,40	120,78%	13,6%
08. Outras Receitas Correntes	206,00	90,00	43,69%	0,0%
Total das Receitas Correntes	9 548 768,00	10 543 201,29	110,41%	88,0%
09. Venda de bens de investimento	4,00	0,00	0,00%	0,0%
10. Transferências de Capital	8 084 629,00	3 844 377,37	47,55%	32,0%
FEF	544 194,00	540 338,00	99,29%	4,5%
Outras	7 540 435,00	3 304 039,37	43,82%	27,5%
11. Ativos Financeiros	2,00	0,00	0,00%	0,0%
12. Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00%	0,0%
13. Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00%	0,0%
Total das Receitas Capital	8 084 635,00	3 844 377,37	47,55%	32,0%
15. Reposições não abatidas nos pagamentos	2,00	9 223,75	461187,50%	0,1%
Reposições Não Abatidas	2,00	9 223,75	461187,50%	0,1%
Total das Receitas Orçamentais	17 633 405,00	14 396 802,41	81,65%	120,0%

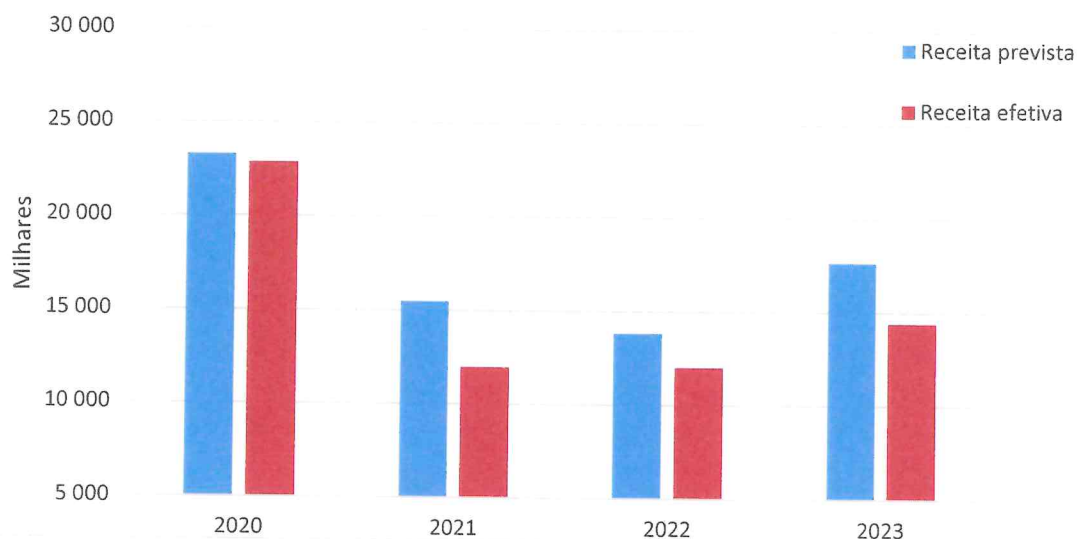
A execução da receita líquida total apresenta uma taxa de 81,65%, registando-se nas receitas correntes 110,41% e nas receitas de capital 47,55%.

As receitas próprias¹ representam cerca de 35,46% do total das receitas.

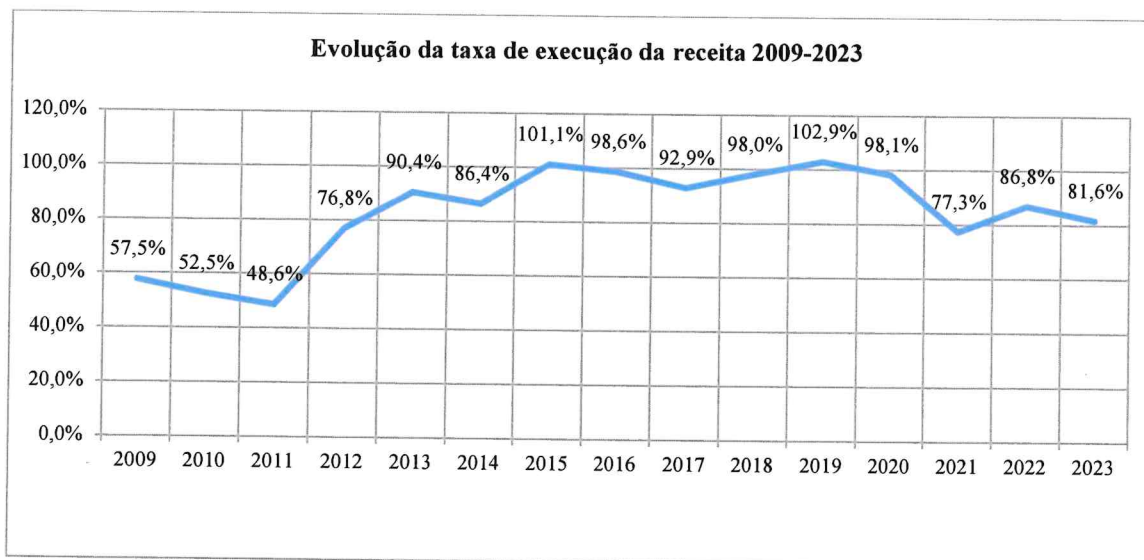
O maior contributo para o total das receitas próprias foi dado pela receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) representando 26,97% do total destas.

¹ Receitas Próprias = Total da Receita – Transferências correntes – Transferências de capital – Passivos financeiros

Receita prevista e efetiva



O gráfico apresenta a comparação entre a receita prevista corrigida e a respetiva execução. Como se pode verificar, no ano de 2023 existe um desfasamento entre o previsto e o executado. Em 2023 a receita efetiva foi inferior à prevista.




Despesa

Evolução da despesa (paga total) no quadriénio 2020-2023

Despesa	2020	2021	2022	2023	Var. em valor 2022-2023	Var. em % 2022-2023
01.Despesa com Pessoal	2 717 895,44	2 816 799,00	2 829 601,03	3 076 925,03	247 324,00	8,7%
01.01.Remunerações Certas e Permanentes	1 954 420,99	1 977 295,63	2 033 407,82	2 230 282,98	196 875,16	9,7%
01.02.Abonos Variáveis e Eventuais	104 435,24	122 053,01	150 826,80	141 113,98	-9 712,82	-6,4%
01.03.Segurança Social	659 039,21	717 450,36	645 366,41	705 528,07	60 161,66	9,3%
02. Aquisição de Bens e Serviços Correntes	2 605 905,58	4 224 610,79	3 645 649,82	3 857 153,07	211 503,25	5,8%
02.01.Aquisição de Bens	378 727,92	428 695,25	525 207,85	495 986,02	-29 221,83	-5,6%
02.02.Aquisição de Serviços	2 227 177,66	3 795 915,54	3 120 441,97	3 361 167,05	240 725,08	7,7%
03. Juros e Outros Encargos	2 295 299,98	580 050,05	575 682,03	552 664,71	-23 017,32	-4,0%
04. Transferências Correntes	418 667,37	795 522,40	778 467,14	830 696,43	52 229,29	6,7%
05. Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
06. Outras Despesas Correntes	25 170,06	19 258,11	41 636,96	125 096,45	83 459,49	200,4%
Total das Despesas Correntes	8 062 938,43	8 436 240,35	7 871 036,98	8 442 535,69	571 498,71	7,3%
07. Aquisição de Bens de Capital	1 619 055,42	1 731 845,85	4 366 444,58	5 091 291,76	724 847,18	16,6%
09. Ativos Financeiros	14 542,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
10. Passivos Financeiros	11 638 613,02	709 847,44	1 202 205,25	1 330 099,59	127 894,34	10,6%
Total das Despesas Capital	13 272 210,44	2 441 693,29	5 568 649,83	6 421 391,35	852 741,52	15,3%
Total das Despesas	21 335 148,87	10 877 933,64	13 439 686,81	14 863 927,04	1 424 240,23	10,6%

Em relação à despesa corrente, esta apresenta um aumento relativamente a 2022 de 7,3%, que em valor corresponde a quinhentos e setenta e um mil, quatrocentos e noventa e oito euros e setenta e um cêntimos. A maior variação foi registada na despesa corrente (Aquisição de Serviços).

Evolução da despesa paga com aquisição de serviços no quadriénio 2020-2023

Despesa	2020	2021	2022	2023	Var. em valor 2023-2022	Var. em % 2023-2022
020201 - Encargos das instalações	98 811,62	106 464,28	127 115,42	144 162,67	17 047,25	13,4%
020202 - Limpeza e Higiene	0,00	0,00	0,00	2 197,60	2 197,60	100,0%
020203 - Conservação de bens	60 262,21	75 543,79	63 423,27	61 646,70	-1 776,57	-2,8%
020204 - Locação de edifícios	76 581,72	445 692,38	442 187,59	424 782,21	-17 405,38	-3,9%
020205 - Locação de material de informática	6 715,75	8 126,03	8 847,17	12 130,69	3 283,52	37,1%
020208 - Locação de outros bens	2 013,60	1 873,65	1 903,56	2 086,61	183,05	9,6%
020209 - Comunicações	83 685,22	80 637,78	86 261,75	90 657,85	4 396,10	5,1%
020210 - Transportes	27 561,69	32 280,44	52 587,08	78 550,76	25 963,68	49,4%
020211 - Representação dos serviços	1 321,45	994,80	3 553,70	3 923,20	369,50	10,4%
020212 - Seguros	27 902,61	22 126,59	19 275,28	37 920,82	18 645,54	96,7%
020213 - Deslocações e estadas	2 844,48	2 929,80	25 115,97	27 765,75	2 649,78	10,6%
020214 - Estudos, pareceres e projetos e consultadoria	35 455,31	10 647,03	12 947,88	11 042,50	-1 905,38	-14,7%
020215 - Formação	165,30	766,80	910,00	419,00	-491,00	-54,0%
020217 - Publicidade	16 832,39	11 346,64	53 074,70	60 625,77	7 551,07	14,2%
020218 - Vigilância e segurança	68 171,87	64 987,49	159 908,92	123 027,60	-36 881,32	-23,1%
020219 - Assistência técnica	83 844,76	95 957,36	129 215,43	138 637,30	9 421,87	7,3%
020220 - Outros trabalhos especializados	657 685,54	757 697,23	948 644,48	787 337,08	-161 307,40	-17,0%
020224 - Encargos de cobrança de receita	71 268,20	67 562,55	70 290,34	81 849,04	11 558,70	16,4%
020225 - Outros serviços	906 053,94	2 010 280,90	915 179,43	1 272 403,90	357 224,47	39,0%
Total	2 227 177,66	3 795 915,54	3 120 441,97	3 361 167,05	240 725,08	7,7%

Comparando o total das despesas pagas da rubrica aquisição de serviços entre os vários anos e especificamente entre 2023 e 2022, constata-se que existe uma variação negativa, ou seja, um aumento da despesa paga em 7,7%. Das várias rúbricas que compõem a aquisição de serviços a que mais contribuiu para este aumento foi a rúbrica “020225 – Outros Serviços” com um aumento de 357 224,47€.

Execução da despesa - 2023

Despesa	Despesa Orçada (corrigida)	Despesa Comprom.	Obrigações	Despesa Paga	Tx. de Execução (Pg/Dot.)	% no Total
01.Despesa com Pessoal	3 214 469,00	3 103 871,98	3 095 686,31	3 076 925,03	95,7%	20,7%
01.01.Remunerações Certas e Permanentes	2 294 249,00	2 247 887,03	2 247 887,03	2 230 282,98	97,2%	15,0%
01.02.Abonos Variáveis e Eventuais	167 700,00	142 271,21	142 271,21	141 113,98	84,1%	0,9%
01.03.Segurança Social	752 520,00	713 713,74	705 528,07	705 528,07	93,8%	4,7%
02. Aquisição de Bens e Serviços Correntes	4 297 023,00	4 013 293,99	3 861 528,07	3 857 153,07	89,8%	25,9%
02.01.Aquisição de Bens	629 810,00	519 469,12	495 986,02	495 986,02	78,8%	3,3%
02.02.Aquisição de Serviços	3 667 213,00	3 493 824,87	3 365 542,05	3 361 167,05	91,7%	22,6%
03. Juros e Outros Encargos	552 770,00	552 664,71	552 664,71	552 664,71	100,0%	3,7%
04. Transferências Correntes	902 254,00	846 190,92	831 471,85	830 696,43	92,1%	5,6%
06. Outras Despesas Correntes	135 500,00	125 096,45	125 096,45	125 096,45	92,3%	0,8%
Total das Despesas Correntes	9 102 016,00	8 641 118,05	8 466 447,39	8 442 535,69	92,8%	56,8%
07. Aquisição de Bens de Capital	10 685 533,00	5 840 561,65	5 091 291,76	5 091 291,76	47,6%	34,3%
08. Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
09. Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
10. Passivos Financeiros	1 332 500,00	1 330 099,59	1 330 099,59	1 330 099,59	99,8%	8,9%
Total das Despesas Capital	12 018 033,00	7 170 661,24	6 421 391,35	6 421 391,35	53,4%	43,2%
Total das Despesas	21 120 049,00	15 811 779,29	14 887 838,74	14 863 927,04	70,4%	100,0%

A taxa de execução da despesa foi de 70,4%. As despesas correntes tiveram um peso relativo de 56,8% e as despesas de capital de 43,2% do total. As despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços representam mais do que 82% da despesa corrente. O serviço da dívida² foi cerca de 1,88 milhões de euros, representando 12,66% da despesa total paga.

Dos 1,88 milhões de euros do serviço da dívida, 1 330 099,59€ é passivo financeiro.

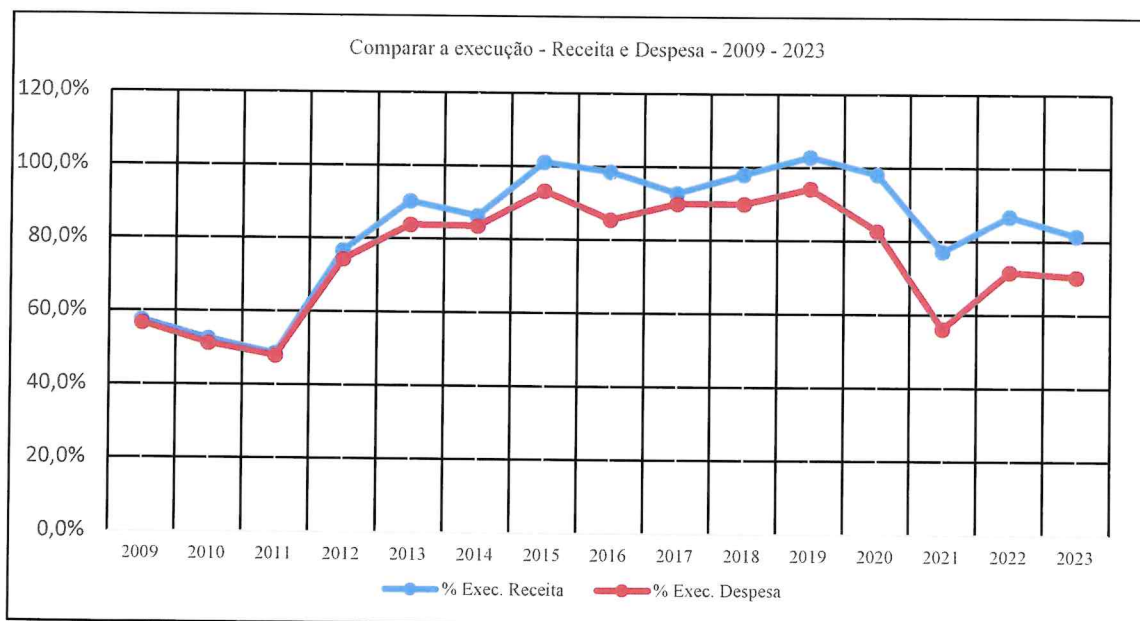
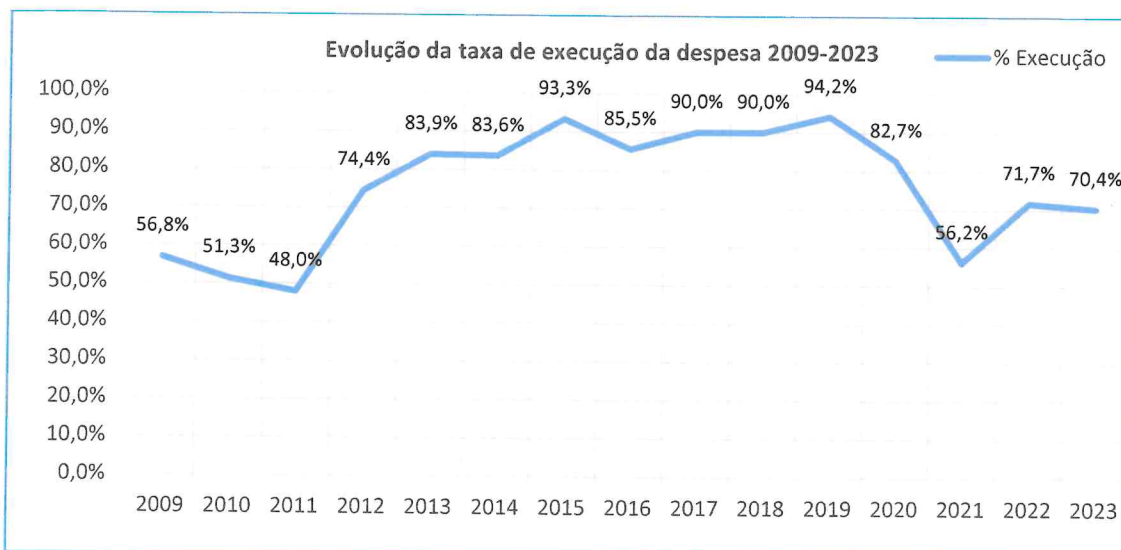
² Serviço da dívida = Passivos Financeiros + Juros e outros encargos

Principais Indicadores Orçamentais

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos principais indicadores orçamentais.

Evolução dos principais indicadores orçamentais

Indicadores Orçamentais de Estrutura		2023	2022
Da Receita			
	Impostos diretos/Receitas correntes	27,7%	24,7%
	Taxas, multas e outras penalidades/Receitas correntes	5,2%	5,1%
	Transferências correntes/Receitas correntes	51,7%	56,0%
	Transferências capital/Receitas de capital	100,0%	96,1%
	Passivos financeiros/Receitas de capital	0,0%	0,0%
	Receitas correntes/Receitas Totais	73,3%	84,2%
	Receitas capital/Receitas totais	26,7%	15,8%
Da Despesa			
	Pessoal/Despesa corrente	36,4%	35,9%
	Aquisição de bens e serviços/Despesas correntes	45,7%	46,3%
	Transferências correntes/Despesas correntes	9,8%	9,9%
	Aquisição de bens investimento/Despesa de capital	79,3%	78,4%
	Passivos financeiros/Despesas de capital	20,7%	21,6%
	Despesas correntes/Despesas totais	56,8%	58,6%
	Despesas de capital/Despesas totais	43,2%	41,4%
	Cobertura das despesas pelas receitas	0,97	0,89
	Receitas próprias (1)	5 096 760,03	4 516 590,70
Notas:			
(1) De acordo com o SNC-AP correspondem às receitas totais abatidas das transferências e dos passivos financeiros.			



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Resultado Orçamental

No quadro seguinte observa-se a receita total cobrada e a despesa total paga nos últimos quatro anos, bem como os respetivos saldos de gerência a incorporar no orçamento seguinte.

Resultado Orçamental

DESIGNAÇÃO	2020	2021	2022	2023
Receita corrente líquida cobrada	8 520 331,64	9 092 722,54	10 101 769,22	10 543 201,29
Despesa corrente paga	8 062 938,43	8 436 240,35	7 871 036,98	8 442 535,69
Saldo corrente	457 393,21	656 482,19	2 230 732,24	2 100 665,60
Receita capital líquida cobrada	14 314 482,07	2 839 189,83	1 892 034,44	3 844 377,37
Despesa capital paga	13 272 210,44	2 441 693,29	5 568 649,83	6 421 391,35
Saldo de capital	1 042 271,63	397 496,54	-3 676 615,39	-2 577 013,98
Receita total cobrada líquida	22 834 813,71	11 931 912,37	11 993 803,66	14 396 802,41
Despesa total paga	21 335 148,87	10 877 933,64	13 439 686,81	14 863 927,04
Saldo orçamental para a gerência seguinte	3 858 554,94	4 925 660,13	3 486 644,00	3 019 519,51
Saldo orçamental da gerência anterior	2 508 668,00	3 858 554,94	4 925 660,13	3 486 644,00
Saldo do ano do orçamento	1 499 664,84	1 053 978,73	-1 445 883,15	-467 124,63

12

Equilíbrio Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental dispõe que as receitas correntes têm de ser pelo menos iguais às despesas correntes. No entanto, com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, foi introduzido uma inovação, mais restritiva, passando a consagrar que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. A amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo foi calculada com os valores em dívida em 1 de janeiro de 2014 dos respetivos empréstimos pelo número de anos remanescentes. Acresce a este valor o montante dos empréstimos novos pelo número de anos da sua contratação.

Deste modo, verificando a disposição legal, constata-se que esta foi cumprida³ pela observação direta do quadro.

Equilíbrio Orçamental 2023

		Dados do Exercício de 2023			
		Receita	Despesa	Saldo	Diferença
A - Receitas Correntes Brutas Cobrada		10 570 345,38			
B - Despesas Correntes Pagas - Ano			8 442 535,69		
C - Saldo Corrente ((A)-(B))				2 127 809,69	
D - Média dos Empréstimos de M/L Prazo a 01-01-2024			1 421 515,51		
E - Diferença ((C)-(D))					706 294,18
F - Posição em 2023					
Controlo do cumprimento da regra do equilíbrio	5% das receitas correntes cobradas brutas em 2023	528 517,27			

³ N.ºs 1, 2 e 3 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Análise Económico-Financeira

Balanço

Evolução do Balanço - Ativo

14

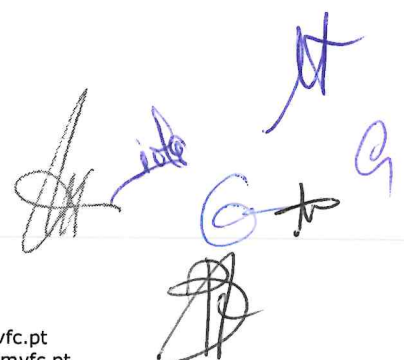
Componentes do Ativo	2022		2023		Var. em valores 2023-2022	Var. em % (2023-2022) %
	Montante	% do total	Montante	% do total		
ATIVO NÃO CORRENTE	105 630 174,88	94,37%	107 891 157,53	94,84%	2 260 982,65	2,1%
Ativos fixos tangíveis	104 411 118,71	93,28%	106 466 891,14	93,59%	2 055 772,43	2,0%
Ativos intangíveis	205 970,87	0,18%	262 043,76	0,23%	56 072,89	27,2%
Participações financeiras	1 013 085,30	0,91%	1 162 222,63	1,02%	149 137,33	14,7%
Clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,0%
ATIVO CORRENTE	6 298 191,89	5,63%	5 865 891,77	5,16%	-432 300,12	-6,9%
Inventários	34 509,84	0,03%	20 232,70	0,02%	-14 277,14	-41,4%
Deved. transf. e subs. não reembolsável	279 251,00	0,25%	243 448,00	0,21%	-35 803,00	-12,8%
Clientes, contribuintes e utentes	198 841,78	0,18%	267 422,68	0,24%	68 580,90	34,5%
Estado e outros entes públicos	102 487,10	0,09%	116 738,95	0,10%	14 251,85	13,9%
Outras contas a receber	1 967 916,96	1,76%	1 948 593,98	1,71%	-19 322,98	-1,0%
Diferimentos	7 697,70	0,01%	32 195,91	0,03%	24 498,21	318,3%
Caixa e depósitos	3 707 487,51	3,31%	3 237 259,55	2,85%	-470 227,96	-12,7%
TOTAL DO ATIVO	111 928 366,77	100,00%	113 757 049,30	100,00%	1 828 682,53	1,6%

O total do ativo em 2023 ascende a 113,8 milhões de euros, dos quais 107,8 milhões são relativos ao ativo não corrente.

Evolução do Balanço - Património Líquido

Componentes do Património Líquido	2022		2023		Var. em valores 2023-2022	Var. em % (2023-2022) %
	Montante	% do total	Montante	% do total		
Património/Capital	75 792 578,95	95,9%	75 792 578,95	92,1%	0,00	0,0%
Reservas	206 291,22	0,3%	206 291,22	0,3%	0,00	0,0%
Resultados Transitados	-18 642 133,70	-23,6%	-18 274 886,09	-22,2%	367 247,61	-2,0%
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Outras variações no Património Líquido	21 326 289,42	27,0%	24 700 953,09	30,0%	3 374 663,67	15,8%
Resultado Líquido do período	367 247,61	0,5%	-94 260,84	-0,1%	-461 508,45	-125,7%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	79 050 273,50	100,0%	82 330 676,33	100,0%	3 280 402,83	4,1%

O património líquido em 2023 apresentam um montante de 82 milhões de euros.

Evolução do Balanço - Passivo

Componentes do Passivo	2022		2023		Var. em valores 2023-2022	Var. em % (2023-2022) %
	Montante	% do total	Montante	% do total		
PASSIVO NÃO CORRENTE	30 913 828,54	94,03%	29 741 728,62	94,6%	-1 172 099,92	-3,79%
Provisões	100 000,00	0,30%	100 000,00	0,3%	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	30 256 228,31	92,03%	29 111 414,36	92,6%	-1 144 813,95	-3,78%
Diferimentos	338 732,00	1,03%	314 916,44	1,0%	-23 815,56	0,00%
Outras contas a pagar	218 868,23	0,67%	215 397,82	0,7%	-3 470,41	-1,59%
PASSIVO CORRENTE	1 964 264,72	5,97%	1 684 644,35	5,4%	-279 620,37	-14,24%
Fornecedores	39 348,09	0,12%	529,98	0,0%	-38 818,11	-98,65%
Estado e outros entes públicos	31 754,09	0,10%	24 251,00	0,1%	-7 503,09	-23,63%
Financiamentos obtidos	1 326 298,64	4,03%	1 141 013,00	3,6%	-185 285,64	-13,97%
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00%	0,00	0,0%	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	490 643,32	1,49%	490 573,76	1,6%	-69,56	-0,01%
Diferimentos	76 220,58	0,23%	28 276,61	0,1%	-47 943,97	0,00%
TOTAL DO PASSIVO	32 878 093,26	100,00%	31 426 372,97	100,0%	-1 451 720,29	-4,42%

O passivo total ascende a 31,4 milhões de euros.

Demonstração de Resultados por Natureza

O ano de 2023 apresenta um resultado líquido do período de (94 260,84€).

Os gastos totais foram de 11 238 555,59€.

Os rendimentos totais foram de 11 144 294,75€.

Evolução da Demonstração de Resultados por Natureza

RENDIMENTOS E GASTOS	2022	2023	Var. valor	Var. %
	Montante	Montante	23-22	(23-22)%
Impostos, contribuições e taxas	3 128 541,41	3 334 373,44	205 832,03	6,58%
Vendas	750 765,84	827 417,35	76 651,51	10,21%
Prestação de serviços e concessões	513 879,09	618 326,27	104 447,18	20,33%
Rend./Gastos imputados de ent.contr., associadas e empr. conj	191 957,51	149 137,33	-42 820,18	0,00%
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 637 294,61	5 505 230,86	-132 063,75	-2,34%
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00%
Custo da mercadoria vendida e das matérias consumidas	-148 777,52	-152 953,04	-4 175,52	2,81%
Fornecimentos e serviços externos	-3 634 568,19	-3 832 264,41	-197 696,22	5,44%
Gastos com o pessoal	-2 898 078,68	-2 952 575,21	-54 496,53	1,88%
Transferências e subsídios concedidos	-592 760,64	-746 010,76	-153 250,12	25,85%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-25 970,12	-30 258,59	-4 288,47	16,51%
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos	898 695,61	707 296,15	-191 399,46	-21,30%
Outros gastos	-171 576,80	-107 275,22	64 301,58	-37,48%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	3 649 402,12	3 320 444,17		
Gastos/reversões de depreciações e amortizações	-2 714 575,71	-2 864 786,30	-150 210,59	5,53%
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento)	934 826,41	455 657,87		
Juros e rendimentos similares obtidos	8 068,56	2 513,35	-5 555,21	-68,85%
Juros e gastos similares suportados	-575 647,36	-552 432,06	23 215,30	-4,03%
Resultados antes de impostos	367 247,61	-94 260,84		
Imposto sobre o rendimento	0,00			
Resultado líquido do período	367 247,61	-94 260,84		
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				
Interesses que não controlam				
	367 247,61	-94 260,84		

Indicadores Económico-Financeiros

Os rácios demonstram as relações entre agrupamentos de contas e as próprias contas, balanço e demonstração dos resultados, quantificando fatos, detetando anomalias e fazendo comparações no tempo. Apresenta-se seguidamente os principais indicadores económico-financeiros.

Indicadores	Rácios	2023	2022
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	72,37%	70,66%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	261,98%	240,81%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	348,20%	326,49%
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário) /Passivo Corrente	347,00%	324,69%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	192,16%	193,75%
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	-0,11%	0,46%

16

Endividamento Municipal

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2020	Receita Corrente Líquida 2021	Receita Corrente Líquida 2022	TOTAL	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5) = (4) / 3
8 520 332	9 092 723	10 101 769	27 714 824	9 238 275

Limite da dívida total para 2023 (1,5x média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (art.º 52º da Lei n.º 73/2013)

Endividamento Municipal 2022 - 2023

Designação		31/12/2022	31/12/2023	Varição 2022/2023
Curto Prazo	Empréstimo de curto prazo(exigível)	1 326 298,64	1 141 013,00	-14,0%
	Fornecedores c/corrente	39 348,09	529,98	-98,7%
	F. de imobilizado c/corrente	0,00	0,00	0,0%
	Estados e outros entes públicos	0,00	0,00	0,0%
	Outros credores	0,00	0,00	0,0%
TOTAL		1 365 646,73	1 141 542,98	-16,4%
M/L Prazo	Empréstimos Municipais	30 256 228,31	29 111 414,36	-3,8%
	TOTAL	30 256 228,31	29 111 414,36	-3,8%
TOTAL GERAL		31 621 875,04	30 252 957,34	-4,3%

Limite da dívida total	13 857 412
------------------------	------------

Dívida em excesso	16 395 545,34
-------------------	---------------



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

O endividamento municipal no final de 2023 era de 30,2 milhões de euros, dos quais 1,1 milhões de euros exigível a curto prazo e 29,1 milhões de euros exigível a médio e longo prazo.

A dívida total diminuiu 4,3% no exercício de 2023 relativamente a 2022.

Assim, o Município apresenta um excesso de dívida no montante de 16 395 545,34€ do qual foi retirada a dívida não orçamental e acrescida a contribuição das AM, SM, SEL e Entidades Participadas (ver o valor no ponto 7º do acompanhamento da PAM).

Contabilidade de Gestão

Em conformidade com o estabelecido no ponto 2.8.3 do POCAL, o Município de Vila Franca do Campo implementou o sistema de contabilidade de custos em 2009, agora contabilidade de gestão.

Os gastos de 2023 totalizam 11,2 milhões de euros, distribuídos pelos diversos centros de responsabilidade, verificando-se montantes mais significativos na “Secção Obras Municipais, Água, Saneamento, Parque de Máquinas” e no “Gabinete de Assuntos Culturais e Sociais”.

Refere-se que a diferença existente entre o total dos gastos dos vários Centros de Responsabilidade (11 244 316,14€) e o total dos Gastos da Contabilidade Patrimonial (11 238 555,59€) é de 5 760,55€, sendo esta diferença resultante do método de cálculo das depreciações e amortizações em ambos os módulos.

Gastos e Rendimentos por Centro de Responsabilidades

Centro de responsabilidade	Valor do gasto (6)	Valor do rendimento (7)	% no TOTAL dos Gastos
Assembleia Municipal	120 188,74	0,00	1,1%
Câmara Municipal	1 668 115,46	2 573 254,28	14,8%
Serviços de Proteção Civil	10 594,27	0,00	0,1%
Gabinete de Apoio ao Presidente	215 200,80	0,00	1,9%
Serviços de Informática	298 604,89	0,00	2,7%
Gabinete de Assuntos Culturais e Sociais	2 951 138,01	2 507,55	26,2%
Gabinete Técnico	233 140,41	0,00	2,1%
Divisão Administrativa e Operacional	18 643,22	0,00	0,2%
Secção Recrutamento, Seleção, Cadastro e Formação	55 929,00	0,00	0,5%
Secção de Remunerações	28 924,41	0,00	0,3%
Secção de Expediente, Taxas e Licenças	210 399,94	18 602,42	1,9%
Secção de Obras Particulares e Urbanismo	85 767,86	159 216,88	0,8%
Secção Obras Municipais, Água, Saneamento, Parque de Máquinas	4 393 181,20	1 588 051,37	39,1%
Divisão Financeira	86 216,37	6 802 662,25	0,8%
Secção da Contabilidade e Aprovisionamento	790 410,47	0,00	7,0%
Secção Financeira, Prog Comunitários e Empreitadas	77 861,09	0,00	0,7%
TOTAL	11 244 316,14	11 144 294,75	100,0%

Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado líquido do período no montante de (94 260,84€) seja transferido para resultado transitados.

Resultados Transitados	(conta 56)	100%	(94 260,84€)
------------------------	------------	------	--------------

18

Acontecimento após a data do balanço

À data de emissão das demonstrações financeiras não há qualquer informação que possa impactar as demonstrações financeiras. Todas as informações que possam afetar as demonstrações financeiras encontram-se divulgadas.



ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

Sumário

1 - Receita

2 - Despesa

3 - Saldos Orçamentais

4 - Medidas de Reequilíbrio Orçamental

5 - Análise Anual da Execução do PAM

6 - Evolução do Quadro de Pessoal

7 - Stock e Sustentabilidade da Dívida

8 - Conclusão



ENQUADRAMENTO DO PAM – PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pelas Leis n.º 69/2015, de 16 de julho e n.º 114/2017, de 29 de dezembro, veio aprovar o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamentar o FAM – Fundo de Apoio Municipal.

Nos diplomas supra identificados ficaram definidos os mecanismos administrativos e financeiros necessários à adoção de medidas que permitam aos Municípios atingir o limite de dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais):

“A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

Assim, a Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, nomeadamente o seu artigo 6.º, veio definir que o FAM tem por objeto a recuperação financeira dos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira, isto é, cuja dívida total seja superior a três vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, bem como a prevenção de situações de rutura financeira.

De acordo com o artigo 24.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, os Municípios que se encontrem em situação de rutura financeira são obrigados a recorrer ao Fundo de Apoio Municipal, apresentando para o efeito um Programa de Ajustamento Municipal.

Conforme determina a Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, o PAM deverá conter um conjunto de medidas específicas e quantificadas com vista à diminuição programada da dívida do Município até ao limite legalmente admissível com base nos seguintes instrumentos:

- 1 – Reequilíbrio Orçamental;
- 2 – Reestruturação da dívida financeira e não financeira;
- 3 – Assistência Financeira.

O PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO

Aquando da entrada em vigor do Regime Jurídico da Recuperação Municipal, o Município de Vila Franca do Campo ultrapassava o limite legalmente estabelecido, isto é, a sua dívida total (entenda-se Município e empresas municipais a internalizar) era superior em mais de três vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, pelo que, tendo presente o Regime Jurídico das Autarquias Locais (artigo 61.º da Lei 73/2013, de 3 de dezembro) estava, tecnicamente, em rutura financeira.

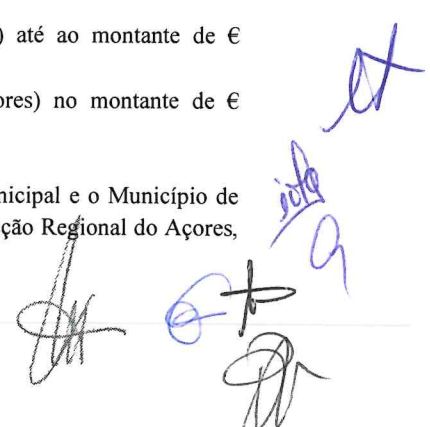
Assim, verificados os pressupostos referidos anteriormente e à luz do artigo 24.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, o Município de Vila Franca do Campo que já se encontrava em reequilíbrio financeiro e sem possibilidade de solver as dívidas das empresas municipais a internalizar, acedeu ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) e, conseqüentemente, à apresentação de um Programa de Ajustamento Municipal (PAM).

Elaborado, reformulado e ajustado à situação, à necessidade e à possibilidade do Município de Vila Franca do Campo que, embora tecnicamente em rutura financeira, pudesse ser gerido.

Apresentada a proposta do Programa de Ajustamento Municipal à Direção Executiva do Fundo de Apoio Municipal e após alguns esclarecimentos prestados pelo Município, esta deliberou por unanimidade em sua reunião de 27 de setembro aprovar nos termos do parecer da Direção Executiva de 25/09/2019 e após audição da Comissão de Acompanhamento a proposta do PAM do Município de Vila Franca do Campo, com empréstimo de assistência financeira até ao montante de € 34.126.638,00 (trinta e quatro milhões cento e vinte e seis mil seiscientos e trinta e oito euros), pelo prazo de 25 anos e que se destinou ao pagamento:

- Da dívida financeira do Município (empréstimo reequilíbrio financeiro) até ao montante de € 19.331.002,80;
- Da dívida financeira das Empresas do SEL (capital, juros e outros encargos) até ao montante de € 13.230.311,03 e
- Da dívida não financeira das Empresas do SEL (dívida corrente a fornecedores) no montante de € 1.565.324,17.

O contrato de empréstimo de assistência financeira celebrado entre o Fundo de Apoio Municipal e o Município de Vila Franca do Campo, foi visado pelo Tribunal de Contas, em sessão diária de visto da Secção Regional do Açores, de 05/12/2019.



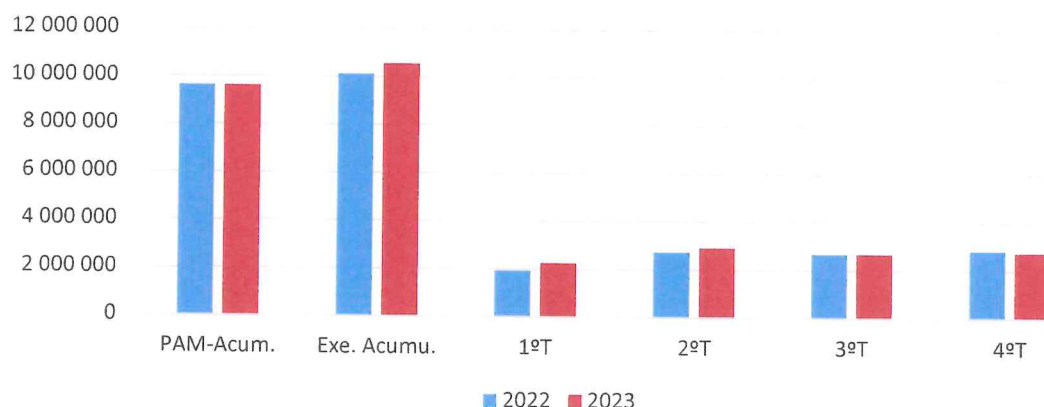
Posteriormente. O Município de Vila Franca do Campo apresentou ao Fundo de Apoio Municipal, em 23 de novembro de 2022, uma proposta de revisão ao contrato Programa de Ajustamento Municipal (PAM) ao abrigo do artigo 33º da LFAM, tendo por base as alterações estruturais ao nível económico nacional que afetaram a realidade das autarquias, associadas a alterações estruturais no Município, com reflexos ao nível da receita e da despesa. O FAM aprovou, após pronúncia favorável da Comissão de Acompanhamento em 29 de dezembro de 2022, da proposta de revisão do PAM do Município de Vila Franca do Campo, nos termos e condições do parecer emitido ao abrigo do disposto na alínea c) do artigo 9º, na alínea a) do nº1 do artigo 33º da LFAM.

21

No presente relatório são analisados os dados da execução orçamental relativos ao Município de Vila Franca do Campo, referente ao ano de 2023, face às metas definidas no Plano de Ajustamento Financeiro, do Município, nos termos do previsto no artigo 29º, n.ºs 1 a 3 da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.

1 – Receita


Gráfico 1 :Receita - Monitorização



	PAM-Acum.	Exe. Acumu.	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT
2022	9 616 738	10 101 769	1 915 501	2 719 165	2 661 212	2 805 891
2023	9 605 789	10 543 201	2 238 660	2 901 924	2 668 969	2 733 648

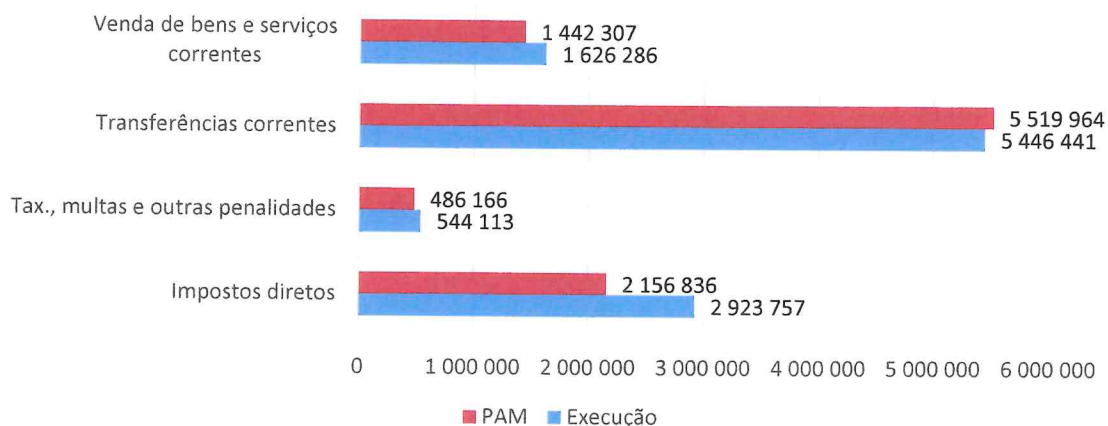
Do gráfico apresentado resulta que a autarquia arrecadou um montante de receita corrente global de 10 543 201 euros, representando 109,76% da verba prevista em PAM.

A receita cobrada pela autarquia no ano de 2023 corresponde a um aumento de 441 432 euros, face ao montante recebido no ano transato.



De entre os capítulos relevantes para análise da receita poderemos ver a evolução dos mesmos face aos limites previstos no PAM.

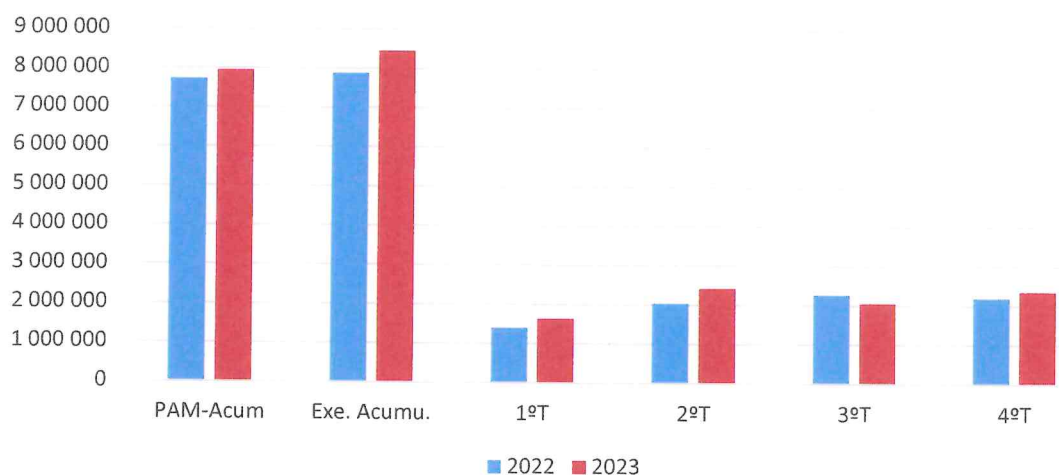
Gráfico 2 : Montante de receita cobrada face ao PAM



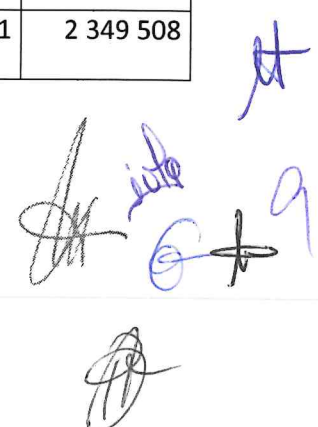
22

2 – Despesa

Gráfico 3 : Despesa - Monitorização



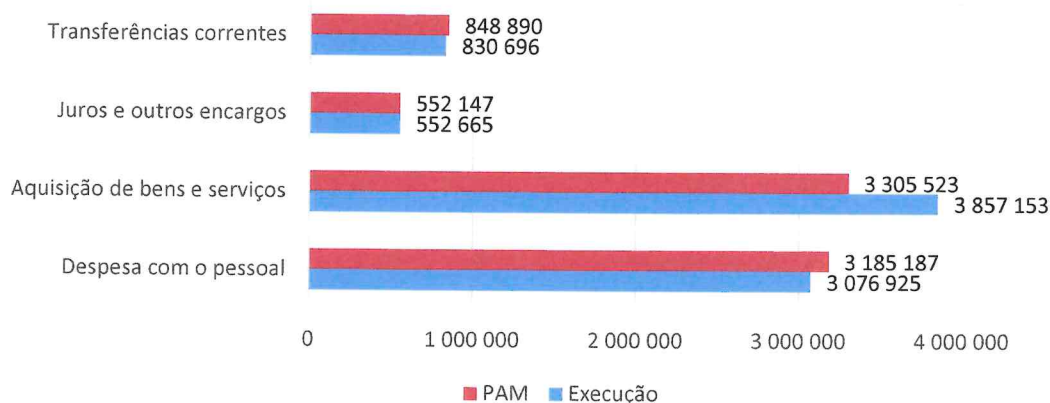
	PAM-Acum	Exe. Acumu.	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT
2022	7 719 268	7 871 037	1 396 282	2 026 407	2 262 349	2 185 999
2023	7 936 432	8 442 536	1 630 764	2 412 463	2 049 801	2 349 508



Do gráfico acima evidenciado constata-se que no ano de 2023 a despesa corrente executada pelo Município atingiu o montante de 8 442 536 euros, correspondendo a 106,37% face ao valor previsto no PAM. Em relação ao período homólogo do ano anterior constata-se que existiu um acréscimo da despesa em cerca de 571 499 euros.

Gráfico 4: Montante da despesa paga face ao PAM

23

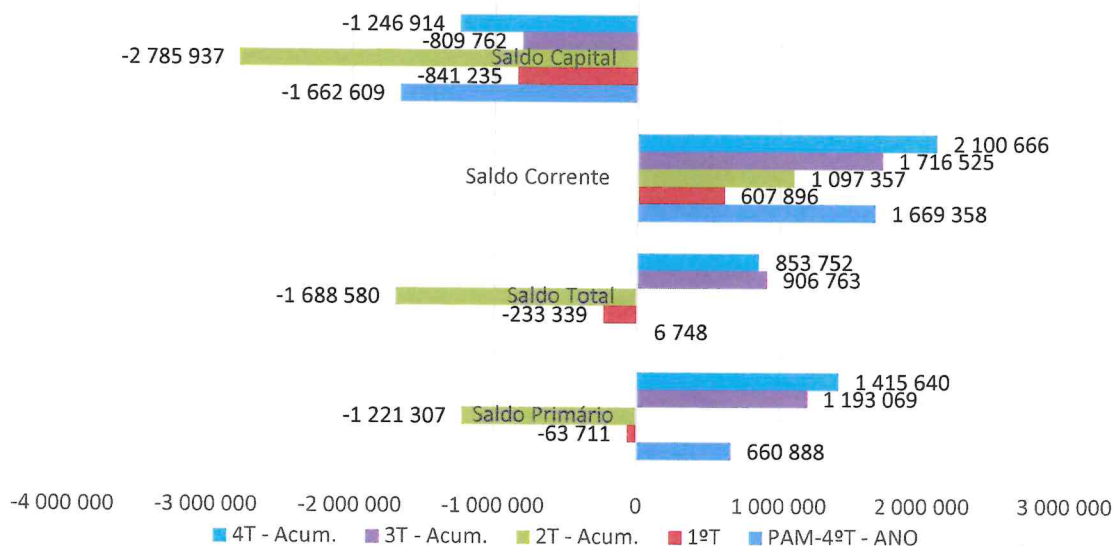


No que concerne às principais rubricas da despesa podemos verificar no gráfico acima apresentado que há valores estão acima dos limites previstos no PAM, no entanto, também existem valores abaixo dos limites previstos no PAM.

3 – Saldo Orçamental

O gráfico 5 apresenta a comparação dos saldos orçamentais primário, total, corrente e de capital apurados com base nos dados da execução com os saldos previstos em PAM.

Gráfico 5 : Saldos Orçamentais Acumulados



Handwritten signatures and initials in blue ink.

4 – Medidas de Equilíbrio Orçamental

As medidas específicas de reequilíbrio orçamental (receita e ou despesa) previstas para o período em caso, de acordo com o PAM aprovado, foram cumpridas dentro possível.

5 – Assistência Financeira

No ano de 2023 não foi desembolsado pelo Fundo de Apoio Municipal qualquer montante relativo ao contrato de assistência financeira.

O montante total de assistência financeira desembolsado pelo FAM foi de 33.138.514,85 euros.

O Município recebeu por 4 tranches, até 31 de dezembro de 2021, o montante global de 33.138.514,85 €, da seguinte forma:

- 1ª tranche recebida em dezembro de 2019, no montante de 19.231.372,00€, liquidou a dívida de natureza financeira do Município ainda em dezembro de 2019, no montante de 18.066.046,77€ (capital e juros);

- 2ª tranche recebida em janeiro de 2020, no montante de 11.607.142,85€, liquidou a dívida de natureza financeira do SEL (Setor Empresarial Local), em junho de 2020 e contabilizada em julho, no montante de 13.063.485,68€ (capital e juros);

- 3ª tranche recebida em junho de 2020, no montante de 1.000.000,00 €, para liquidar a dívida não financeira do SEL (Setor Empresarial Local) e que até 31 dezembro de 2020 já liquidara 331.096,46€ (fornecedores das empresas já internalizadas) e

- 4ª e última tranche recebida em março de 2021, no montante de 1.300.000,00€. Esta liquidou a dívida não financeira do SEL (Setor Empresarial Local) relativa aos fornecedores das empresas internalizadas em 2020 e da Vila Solidária, E.M. que foi internalizada no primeiro trimestre de 2021.

- Liquidamos o montante máximo contratado relativo à dívida de natureza não financeira do SEL (Setor Empresarial Local) no valor de 1.565.324,17€ e devolvemos sobre a forma de pagamento antecipado de capital os montantes de 443.658,23€ e 156 757,05€ este entregue em janeiro de 2023.

- Do total contratado 34.126.638,00€ foi utilizado 32.694.856,62€ (trinta e dois milhões seiscientos e noventa e quatro mil oitocentos e cinquenta e seis euros e sessenta e dois cêntimos) que está sendo amortizado a partir de janeiro de 2022 e por vinte e três anos.

6 – Evolução do Quadro de Pessoal

Relativamente à evolução do Quadro de Pessoal do Município de Vila Franca do Campo, no período compreendido entre 1 de janeiro a 31 de dezembro do corrente ano de 2023, há a registar a saída de quatro colaboradores.

O número de colaboradores em 31 de dezembro passou a ser de cento e um.

7 – Stock e Sustentabilidade da Dívida

O apuramento do stock e sustentabilidade da dívida do Município resulta da aplicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, lei esta que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) e é apurado, verificado e comunicado à DGAL para efeitos de acompanhamento e controlo.

O limite da dívida total para o ano de 2023 é de 13.857.412€.

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL
Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2020	Receita Corrente Líquida 2021	Receita Corrente Líquida 2022	TOTAL	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5) = (4) / 3
8 520 332	9 092 723	10 101 769	27 714 824	9 238 275

Limite da dívida total para 2023 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos, art.º 52º da Lei n.º 73/2013)

Apurou-se que, a 31 de dezembro de 2023, o valor da dívida total de operações orçamentais do Município mais as das empresas que relevam para o efeito, é de 30 254 802,98€ (ver empresas). Corresponde o referido valor a 30 252 957,34€ de dívida bruta do Município sem as operações não orçamentais e contribuição para o FAM, acrescido da contribuição das SM/AM/SEL/Entidades Participadas que é de 1 845,64€.

Designação	Participação do Município	Contribuição para a Dívida Bruta Municipal
AMRAA – Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores	5,11	1 845,64€
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses		Não releva

O quadro seguinte analisa a dívida total face ao limite legalmente previsto.

Situação da Dívida Total prevista em 31 de dezembro de 2023		
Artigo 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais		
	Designação	Valor
(1)	Média da receita corrente cobrada nos últimos 3 ano (2020, 2021 e 2022)	9 238 275€
(2) = (1) x 1,5	Limite da dívida total	13 857 412€
(3)	Dívida bruta do Município sem as operações não orçamentais e da contribuição para o FAM.	30 252 957,34€
(4)	Contribuição SM – AM – SEL – Entidades Participadas	1 845,64€
(5) = (3) + (4)	Total da dívida bruta	30 254 802,98€
(6) = (2) – (5), se (5)<(2)	Margem	0,00€
(7) = (5) – (2), se (5)>(2)	Montante em excesso	16 397 390,98€

Observado a quadro anterior verifica-se que o valor em dívida do Município a 31 de dezembro de 2023 foi de 30 254 802,98€ e o montante em excesso foi de 16 397 390,98€.

8 – Conclusão

A avaliação geral que o Município de Vila Franca do Campo faz em relação à situação e aos valores anuais é que na generalidade foram cumpridas as medidas contratualizadas e os valores de referência, dentro do possível, foram atingidos.

Tudo faremos para continuar a cumprir o contratualizado.